

ANÁLISE TÉCNICA

Referência: Processo Administrativo N° 201/2022

TOMADA DE PREÇO	OBJETO	DIA DA REALIZAÇÃO
N° 011/2022	CONTRATAÇÃO DE UMA PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA EXECUÇÃO DO PASSEIO DA ENTRADA DA CIDADE DE COREMAS-PB, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA DE CUSTO.	30 de agosto de 2022 Às 08h:00min. (oito horas)

1. Cuida-se de resposta ao Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura de Coremas, onde solicitou a análise dos itens 8.4. d. do edital: comprovação de competência com caráter operacional (Caráter de execução) de no mínimo de **30% (trinta por cento)** que limitadas estas exclusivamente às parcelas (Itens) de maior relevância técnica e/ou de valor significativo do objeto da licitação.

COMPETÊNCIA DE CARÁTER TÉCNICO OPERACIONAL					
CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	TIPO	QUANT.	QUANTITATIVO ACERVO MIN DE 30%
SERVIÇOS DE CALÇADAS E RAMPAS					
92396	SINAPI (Jun 2022)	Passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm	PISO - PISOS	m ²	1.350
<p>FONTE 1: A exigência acima é uma orientação extraída do relatório preliminar da CGU da ordem de serviço N° 201701687 (Controladoria-Regional da União no Estado da PB);</p> <p>FONTE 2: Entendimento do Sr. Thiago N. da Cunha Mat. 3707121, Auditor do TCE-PB, através do seu Relatório Inicial do Processo TC N° 18684/19.</p>					

DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:

2. Conta nos altos o acervo da empresa **MORAIS ENGENHARIA** no CNPJ n° 33.418.501/0001-41, onde após verificarmos os serviços e os quantitativos apresentados:

NÃO contém em seu acervo quantitativo suficiente para o item solicitado.


Maria Alinne P. Matias
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PB 161834264-9

CONCLUSÃO:

3. Assim, pelo exposto entendemos que a empresa **MORAIS ENGENHARIA NÃO** atende o item solicitado.


4. Registra-se que este parecer, apesar de sua importância para o certame licitatório em tela, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório, tendo as autoridades a quem couber a sua análise de plenos para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo. Contudo vale ressaltar o que diz o Manual de Direito Administrativo. Vejamos a seguir:

(.....)

“Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação. Refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato administrativo final. Trata-se de atos diversos – o parecer e o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide.” (Manual de Direito Administrativo, 21ª edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág.133).”

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer é meramente de caráter opinativo e pessoal. É o parecer. Salvo melhor juízo.

Coremas/PB, 06 de agosto de 2022.



Maria Alinne P. Matias
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PB 161834264-9